Servidores decidem rumo de movimento nesta quarta

Os servidores do Judiciário paulista fazem, nesta quarta-feira (14/7), assembléia geral, na praça João Mendes, para decidir os rumos da greve que dura 14 dias. Lideranças do movimento classificam a adesão como “surpreendente” e afirmam que o índice de paralisação chega a 90%. Os servidores reivindicam reposição salarial de 26,39%.

A greve está prejudicando o andamento de 12 milhões de processos em todo o Estado. Quem visita os maiores prédios da capital, como o Fórum João Mendes e o Complexo Criminal Ministro Mário Guimarães (Fórum da Barra Funda), tem um retrato da adesão ao movimento grevista. Cartórios fechados, advogados irritados com a falta de funcionários e informações e juízes despachando sozinhos.

A população e os advogados são os mais prejudicados. Tanto que a OAB-SP e a Associação dos Advogados de São Paulo já emitiram notas sobre a greve.

O presidente da OAB-SP, Luiz Flávio D’Urso, disse que considera “justo e legítimo” os pleitos dos servidores, mas ponderou que a paralisação traz “danos irreparáveis” ao andamento dos processos, ao direito dos brasileiros e ao exercício da advocacia.

A decisão de iniciar a greve por tempo indeterminado foi tomada em assembléia dos servidores no dia 29 de junho.

O presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, Luiz Elias Tâmbara, fez movimentos para tentar diminuir o impacto da greve e agora tenta um meio para por fim à paralisação.

Na terça-feira (6/7), reuniu-se com líderes da greve e depois divulgou nota apresentando medidas para melhorar as condições de trabalho na justiça paulista. Propôs ainda um reajuste de 12,5% na gratificação judiciária, com validade a partir de julho, desde que os servidores encerrassem imediatamente a greve.

As entidades reagiram negativamente à proposta, alegando que o reajuste médio seria de 8,33% sobre os vencimentos dos servidores. E, em assembléias regionais na quarta-feira (7/7), decidiram manter a greve.

O Tribunal ainda decidiu pela suspensão dos prazos processuais, atendendo ao pedido do presidente da OAB paulista.

O último movimento da direção do Judiciário paulista, na queda de braço com o movimento grevista, foi o de anunciar esta semana o corte o ponto dos servidores em greve. Em comunicado, o Conselho Superior da Magistratura determinou que as faltas dos servidores “serão consideradas não justificadas”.

Date Created
13/07/2004

2023 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.